

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1079ECAA5403F00



## **Estado do Piauí** **Câmara Municipal de Belém do Piauí - PI**

### **SALA DAS COMISSÕES**

**PARECER CONJUNTO Nº 4/2025** – Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - (CLJRF), Comissão de Finanças e Orçamento - (CFO) e Comissão de Educação, Saúde e Assistência – (CESA).

RELATIVO AO PROJETO DE LEI Nº 05/2025, DE 21/05/2025

**Matéria:** Projeto de Lei nº 05/2025 do Executivo Municipal

**Data:** 21 de maio de 2025

**Autoria:** Poder Executivo Municipal.

**Ementa:** Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belém do Piauí (COMPIR – BP) e o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belém do Piauí (FUMPIR – BP), e dá outras providências.

**Relatores:** MÉRCIA CAROLINA DIAS GOMES, FRANCISCO FELIPE DE SOUSA FILHO e CRISTIANA DE CARVALHO BENTO, respectivamente das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação, Saúde e Assistência.

**Propositura:** Projeto de Lei do Executivo nº 05/2025, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Belém do Piauí, Estado do Piauí.

### **1 – DO OBJETO**

O objeto, sujeito da análise ora realizada, Projeto de Lei do Executivo nº. 05/2025, de 21 de maio de 2025 do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belém do Piauí (COMPIR – BP) e o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belém do Piauí (FUMPIR – BP).

A Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial visa reduzir desigualdades étnico-raciais, com foco na população negra, através de ações exequíveis a curto, médio e longo prazo. A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, por exemplo, busca combater o racismo e o preconceito, promovendo a igualdade de



## **Estado do Piauí** **Câmara Municipal de Belém do Piauí - PI**

### **SALA DAS COMISSÕES**

oportunidades e o reconhecimento da participação histórica das populações negras e outras etnias.

O Brasil se formou a partir de diversas raças e etnias, sendo o segundo país do mundo em população da raça negra. Ao longo da história, pretos e pardos sofrem com a aculturação, com violências generalizadas e com a exclusão social; vivendo realidades distintas, de acordo com fatores geográficos, políticos e econômicos ao longo da história.

O surgimento do Brasil como Estado-nação se deu, inicialmente, pelo encontro dos europeus com a população nativa no século XVI. Para suprir as necessidades de mão de obra nos empreendimentos da colônia, os portugueses trouxeram da África, como escravos, numa migração forçada, enormes contingentes de pessoas.

Os africanos que vieram por meio do comércio de escravos tornaram-se os mais numerosos membros do Novo Mundo, tanto no Norte quanto no Sul da América.

Ao longo da história, juntaram-se aos portugueses, indígenas e africanos, pessoas das mais diversas origens, formando o povo brasileiro. Este intercâmbio de povos com experiências históricas distintas enriqueceu-se com trocas de conhecimentos, resultando no vasto patrimônio cultural que se apresenta hoje no Brasil. No entanto, o grau de desigualdade que sempre marcou este contato deixou marcas profundas que ainda devem ser superadas.

Este Projeto de Lei, foi recepcionado pela Secretaria da Câmara Municipal no dia 21 de maio de 2025, e apresentado na Sessão Ordinária do dia 23 de maio de 2025, sendo encaminhado para apreciação destas Comissões Legislativas no dia 26/05/2025, desta forma, constata-se a regularidade quanto aos prazos legais para ser submetido à apreciação.

### **2 - DO PROCESSO**

O Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010 – instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR como forma de organização e articulação federativa voltada à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais no Brasil. O Decreto Presidencial nº 8.136, de 05 de novembro de 2013, é o documento que aprova a sua normatização, com a





## **Estado do Piauí** **Câmara Municipal de Belém do Piauí - PI**

### **SALA DAS COMISSÕES**

assinatura durante a abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR.

Cumprindo o que determina a legislação vigente, foi estabelecido prazo regulamentar para análise e proposição de emendas por parte do Egrégio Plenário da Câmara Municipal sendo que até o dia 04/06/2025 não haviam sido apresentadas emendas.

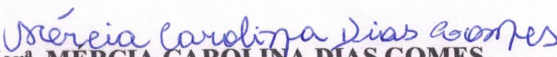
### **3 - DA ANÁLISE**

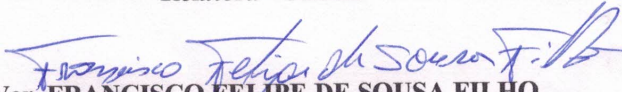
A matéria tratada no Projeto de Lei nº. 05/2025 é de competência do Poder Executivo Municipal nos termos do artigo 73, III, da Lei Orgânica Municipal.

**Considerando** que, tanto a competência quanto a iniciativa encontram – se formalmente regulares.

**Considerando** o que determina os artigos 47 c/c o artigo 49 do Regimento Interno, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Educação, Saúde e Assistência, reuniram-se para analisar o Projeto de Lei acima especificado, o mesmo foi analisado minuciosamente à luz da legislação e enquadra-se nas previsões legais, não sendo apresentada nenhuma emenda.

Câmara de Vereadores, Sala das Comissões, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2025.

  
Ver<sup>a</sup>. **MERCIA CAROLINA DIAS GOMES**  
Relatora - CLJRF

  
Ver. **FRANCISCO FELIPE DE SOUSA FILHO**  
Relator - CFO

  
Ver<sup>a</sup>. **CRISTIANA DE CARVALHO BENTO**  
Relatora - CESA

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1079ECAA5403F00



## **Estado do Piauí** **Câmara Municipal de Belém do Piauí - PI**

### **SALA DAS COMISSÕES**

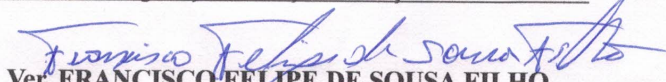
#### **4 - DO PARECER**

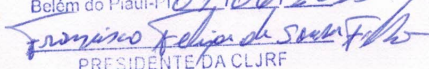
Após ampla análise e à luz da legislação vigente, opinaram os membros das **CLJRF, CFO e CESA** unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pelo **PARECER FAVORÁVEL** do Projeto de Lei nº. 05/2025, por entender que ele atende ao interesse público e se alinha aos princípios de inclusão e justiça social, recomendando, contudo, atenção especial à regulamentação e execução orçamentária do programa.

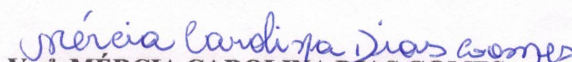
Assim sendo, sugerem pela sua aprovação no Plenário da Câmara Municipal.

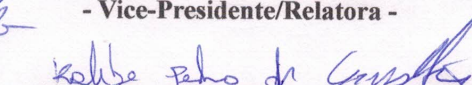
Câmara de Vereadores, Sala das Comissões, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2025.

#### Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJRF

  
**Ver. FRANCISCO FELIPE DE SOUSA FILHO**  
- Presidente -

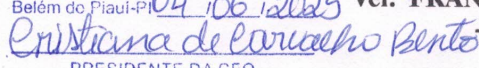
APROVADO(A)  
POR unanimidade  
Belém do Piauí-PI 04/06/2025  
  
PRESIDENTE DA CLJRF

  
**Ver. MÉRCIA CAROLINA DIAS GOMES**  
- Vice-Presidente/Relatora -


  
**Ver. KALEBE PEDRO DE CARVALHO**  
- Membro -

#### Comissão de Finanças e Orçamento - CFO

  
**Ver. CRISTIANA DE CARVALHO BENTO**  
- Presidente -

APROVADO(A)  
POR unanimidade  
Belém do Piauí-PI 04/06/2025  
  
PRESIDENTE DA CFO

  
**Ver. FRANCISCO FELIPE DE SOUSA FILHO**  
- Vice-Presidente/Relator -

  
**Ver. MARIA JACINTA DE CARVALHO**  
- Membro -



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1079ECAA5403F00



**Estado do Piauí**  
**Câmara Municipal de Belém do Piauí - PI**

**SALA DAS COMISSÕES**

Comissão de Educação, Saúde e Assistência CESA

*Cristiana de Carvalho Bento*  
Ver.<sup>a</sup> CRISTIANA DE CARVALHO BENTO  
- Presidente/Relatora -

*Aluisio Otacilio Silva Leal*  
Ver. ALUISIO OTACILIO SILVA LEAL  
- Vice-Presidente -

*Mercia Carolipa Dias Gomes*  
Ver.<sup>a</sup> MERCIA CAROLINA DIAS GOMES  
- Membro -

APROVADO(A)  
POR Unanimidade

Belém do Piauí-PI 04/06/2025  
*Cristiana de Carvalho Bento*  
PRESIDENTE DA CESA